

DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2229v32n4e26134>

Representações da instrução feminina no jornal *O Exemplo* (Porto Alegre/RS, 1892-1930)

Representations of female education in the newspaper 'O Exemplo' (Porto Alegre/RS, 1892-1930)

Representaciones de la instrucción femenina en el periódico *O Exemplo* (Porto Alegre/RS, 1892-1930)

Ricardo Costa de Sousa

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1189-6079>

Resumo: O texto analisa as representações da instrução da mulher nas páginas do jornal *O Exemplo* (Porto Alegre/RS, 1892-1930). Um semanário nomeado na contemporaneidade como “Imprensa Negra”, que se estabeleceu como um artefato cultural na difusão e na circulação de ideias. Esta pesquisa surge como uma possibilidade de atualização das produções desenvolvidas, deslocando o interesse para uma temática ainda pouco valorizada, como é o caso das representações da instrução feminina nas páginas de um jornal formado por um corpo editorial de “homens de cor”. Essa discussão se insere no campo da História da Educação por dialogar com vários temas e objetos de pesquisa, por vezes, analisados a partir de documentos inusitados e teorias de campos interdisciplinares. Para análise, tomou-se a perspectiva teórica e metodológica da História Cultural, compreendida como uma abordagem historiográfica aberta às possibilidades de interpretação de fontes pretéritas, como o jornal *O Exemplo*. O referido impresso, imerso em desejos, aspirações, recusas e aceites, se consolida como um programa definido, permeado por interesses diversos e em diálogo com as demandas de seu contexto, dentre as quais se destaca a instrução. Tal evidência é marcada pela presença diminuta de matérias escritas por mulheres no que diz respeito à instrução. De todo modo, para a época, essa presença feminina estimulava outras mulheres a dedicarem-se ao desenvolvimento de suas inteligências, ou, em outras palavras, à busca pela instrução.

Palavras-chave: instrução da mulher; escrita jornalística; jornal *O Exemplo*; Porto Alegre.

Abstract: The text aims to analyze representations of women's education in the pages of the newspaper "O Exemplo" (Porto Alegre/RS, 1892-1930). This weekly publication identified in contemporary times as "Black Press", functioned as a cultural artifact, disseminating and circulating ideas. This research emerges as a possibility to update the developed productions, shifting the focus to a theme that has been largely undervalued, such as the representations of female education in the pages of a newspaper formed by an editorial board of "men of color". This discussion is situated within the field of History of Education, engaging with various themes and research objects, often, analyzed through unconventional documents and interdisciplinary theoretical approaches. The study adopts the theoretical and methodological perspective of Cultural History, which allows for an open historiographical approach to interpreting past sources, such as 'O Exemplo'. The mentioned print, shaped by desires, aspirations, rejections, and acceptances, established itself as a defined program, permeated by diverse interests and in dialogue with the demands of its historical context, among which education stood out. This is evidenced by the diminished presence of articles written by women regarding education. Nevertheless, for its time, the presence of female contributors encouraged other women to dedicate themselves to intellectual development or, in other words, to the pursuit of education.

Keywords: women's education; journalistic writing; newspaper 'O Exemplo'; Porto Alegre.



Resumen: El texto tiene como objetivo analizar las representaciones de la instrucción de las mujeres en las páginas del periódico *O Exemplo* (Porto Alegre/RS, 1892-1930). Un semanario denominado en la época contemporánea como “Prensa Negra”, que se consolidó como un artefacto cultural en la difusión y circulación de ideas. Esta investigación aparece como una posibilidad de actualización de las producciones desarrolladas, trasladando el interés a un tema aún infravalorado, como es el caso de las representaciones de la instrucción femenina en las páginas de un periódico integrado por un equipo editorial compuesto por “hombres de color”. Esta discusión se inscribe en el ámbito de la Historia de la Educación, al dialogar con una variedad de temas y objetos de investigación que, en ocasiones, son analizados a partir de documentos inusuales y teorías provenientes de campos interdisciplinarios. Para el análisis, se adoptó la perspectiva teórica y metodológica de la Historia Cultural, entendida como un enfoque historiográfico abierto a las posibilidades interpretativas de fuentes del pasado, como el periódico *O Exemplo*. Este impreso, imbuido de deseos, aspiraciones, rechazos y aceptaciones, se consolida como un programa definido, permeado por diversos intereses y en diálogo con las demandas de su contexto, entre las cuales destaca la instrucción. Esta evidencia queda marcada por la escasa presencia de artículos escritos por mujeres. No obstante, para la época, dicha presencia femenina incentivaba a otras mujeres a dedicarse al desarrollo de sus capacidades intelectuales o, en otras palabras, a la búsqueda de la instrucción.

Palabras clave: educación de las mujeres; escritura periodística; periódico *O Exemplo*. Porto Alegre.

1 Introdução

Inserido em uma nova ordem republicana e pós-escravista, o jornal *O Exemplo* (1892-1930) era publicado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com ressonância nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Paraíba. No título, expressa sua filiação e ambição, “ser um exemplo”, estabelecendo-se como um testemunho de temáticas como a instrução. Por esse indicativo, o semanário demonstra seu potencial como artefato cultural e documento histórico na difusão e circulação de ideias, discursos e representações. O interesse neste estudo reside em apresentar, a partir do *corpus* empírico investigado, as referências que os editores, os colaboradores e as colaboradoras do periódico *O Exemplo* imprimem sobre a instrução da mulher. Para tanto, foram levantadas 720 edições, abrangendo todo o período investigado (1892 a 1930), com interrupções e lacunas em algumas das edições. Assim, as referências sobre a temática se situam em quatro fases, a saber: a primeira de 1892 a 1897 (0 texto); a segunda de 1902 a 1905 (3 textos); a terceira 1908 a 1911 (6 textos); e a quarta de 1916 a 1930 (3 textos). Nesse sentido, ao longo da investigação, foram localizados e analisados 12 textos que encaminham aspectos relativos aos desejos e às expectativas referentes à instrução do gênero feminino publicados nesse jornal.

Nas primeiras edições, a editoria do jornal *O Exemplo* (1892) e a historiografia gaúcha afirmam que o periódico era dirigido à população negra de Porto Alegre, comunidade de leitura privilegiada pelo impreso, ainda que não fosse exclusiva. A editoria, no seu primeiro número, informa aos leitores sua intencionalidade de se

colocar “[...] nos domínios do jornalismo da capital [...]” (*O Exemplo*, 1892, p. 1). O registro indica que o impresso em questão, permeado por desejos e aspirações, recusas e aceitações, se estabelece como um programa definido, repleto de interesses diversos e como resposta às demandas de seu contexto.

O artigo *A Revista Feminina (1914-1930) em perspectiva: o uso da imprensa e dos arquivos para pensar a história das mulheres*, escrito por Daniela Oliveira Ramos dos Passos e Rayane Silva Guedes (2024), fornece indicativos para a compreensão do cenário desta pesquisa. É importante registrar que, mesmo nos anos posteriores à 1888, as mulheres negras continuaram trabalhando nos setores mais desqualificados, recebendo baixos salários e péssimo tratamento, bem como sendo apresentadas “[...] como figuras extremamente rudes, bárbaras e promíscuas, destituídas, portanto, de qualquer direito de cidadania, o que nos indica que nem todas as mulheres eram representadas de igual forma [...]” (Passos; Guedes, 2024, p. 3). Logo, *O Exemplo* desejava imprimir na mulher “de cor” novos comportamentos de acordo com sua nova condição de liberta, mas também apresentar e prescrever os lugares que deveriam almejar ocupar na sociedade. Essa mudança de posições se daria por meio da instrução.

A partir do que foi mencionado, o presente artigo objetiva discutir a instrução da mulher na perspectiva dos editores, dos colaboradores e das colaboradoras do jornal *O Exemplo* (Porto Alegre/RS, 1892-1930). Esta investigação se insere no campo da História da Educação, que, conforme apontam Maria Stephanou e Maria Helena Câmara Bastos na coleção *História e Memórias da Educação no Brasil* publicada em 2011, se caracteriza como um campo multifacetado e pluridisciplinar. Abrangendo uma ampla gama de temas e objetos de pesquisa, a área recorre frequentemente a documentos inusitados e teorias interdisciplinares, evidenciando a diversidade de abordagens possíveis, especialmente na contemporaneidade. Nesse contexto, a tese de Sousa (2019) reforça a relevância dos estudos sobre a imprensa, particularmente no que se refere à comunidade negra do Sul do Brasil.

Nessa perspectiva, considerar o jornal *O Exemplo* como documento histórico permite uma atualização das pesquisas já realizadas, ao direcionar o foco para temáticas pouco investigadas, como a instrução de homens e mulheres “de cor” no período que abrange o final do século XIX e o início do XX. Essa discussão se fundamenta na perspectiva teórica e metodológica da História Cultural compreendida

como uma abordagem historiográfica que permite múltiplas possibilidades de interpretação do passado.

Como vertente historiográfica, a História Cultural concentra-se em refletir sobre como as pessoas viviam, agiam, pensavam, produziam, liam e se expressavam em diferentes épocas. Tal proposta rompe com antigos temas e objetos da História assentada em grandes homens e grandes eventos políticos e econômicos. Portanto, a História Cultural busca compreender as práticas culturais (no caso, a leitura e escrita), as representações e os símbolos que se materializavam na vida pessoal e em artefatos, como os periódicos.

Para esse intento, baseamo-nos nas contribuições do professor e pesquisador Roger Chartier, no livro *A História Cultural: entre práticas e representações* publicado em 1988. Nessa obra, o referido autor propõe identificar de que maneira, em diferentes contextos históricos e geográficos, uma determinada realidade social é construída, pensada e apresentada à leitura.

Ainda dentro dessa perspectiva, a autora Sandra Jatahy Pesavento, no livro *História e história cultural* publicado em 2008, indica a necessidade de decifrar a realidade do passado por meio das suas representações. Na mesma direção, Carlo Ginzburg (2007), na obra *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, sugere prescrutar as pistas, observando as informações e os dados que não são óbvios. Nesse sentido, o desafio do pesquisador que pretende se fazer historiador implica investigar uma multiplicidade de experiências humanas relacionadas ao seu objeto de estudo.

Com relação ao ofício do historiador, Alain Corbin, na entrevista intitulada *O prazer do historiador* publicado em 2005, enfatiza que a operação do historiador [da educação] sobre o documento facilitaria a adoção de uma perspectiva compreensiva em relação às pessoas e ao passado, ou melhor, em relação às suas ações dentro de um determinado contexto histórico. Esse profissional sensível cumpre o compromisso de se colocar no lugar desses sujeitos, de modo a reconstruir o itinerário de cada um dos envolvidos, das comunidades ou dos grupos. A partir dessa orientação, tomamos para apreciação e apresentação um *corpus* empírico composto por doze textos selecionados que tratam da temática da instrução, situada em diferentes momentos históricos.

Para analisar as matérias do periódico *O Exemplo* formado por homens até sua

última publicação, foram feitas as seguintes questões: por que as mulheres não fizeram parte do corpo editorial desse jornal? Por que o editorial do jornal *O Exemplo* aceitava a publicação de textos escritos por mulheres? O jornal, de fato, se colocava em favor “do belo sexo”? Esses questionamentos possibilitam ampliar o debate ao longo da pesquisa. Será também considerado que algumas das colaboradoras escreverem no semanário utilizando pseudônimos¹, contribuindo com contos, poesias, crônicas, notas e outros escritos. Essa participação, mesmo quase imperceptível, permitiu que as leitoras e escritoras compartilhassem suas vozes e perspectivas no jornal, tornando-o mais inclusivo e relevante para a comunidade feminina da época.

2 A bandeira da instrução e a mulher nas páginas do jornal O Exemplo (1902 a 1905)

Na primeira fase do jornal *O Exemplo*, que abrange os anos de 1892 a 1897, não constam textos que tratem da relação entre instrução e mulher. Entretanto, na segunda fase, situada entre os anos de 1902 e 1905, foi possível levantar alguns escritos que foram transcritos e analisados nesta pesquisa, os quais tratam da bandeira da instrução da mulher nas páginas desse hebdomadário.

O jornal *O Exemplo* surgiu no campo da imprensa com a intenção de propagar discursos que oportunizassem o levantamento moral e intelectual da população de cor. Para efetivar esse propósito, afirma que seu programa reside na defesa da classe e do aperfeiçoamento de seus conhecimentos (Sousa, 2020). Assim, *O Exemplo* sugere uma diversidade de questões, das quais duas se sobressaem: ser um exemplo para seus leitores; e defender a instrução como bandeira.

Nessa direção, a pesquisadora Ana Flávia Magalhães Pinto, ao escrever a dissertação intitulada *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)* publicado em 2006, inscreve o jornal *O Exemplo* como “Imprensa Negra”, pois este discute os interesses da população negra brasileira, como o combate ao racismo e à discriminação racial, bem como incita o levantamento moral e intelectual da classe, o que incluía as mulheres (Pinto, 2006). Para atingir esse propósito, a

¹ Através dos séculos, o uso de pseudônimos masculinos por mulheres foi uma prática frequente, devido ao preconceito que as escritoras sofriam, sendo uma forma de facilitar a aceitação e a publicação dos textos produzidos por elas.

“imprensa negra” enfrentou as barreiras impostas pela “imprensa branca”, que continuava a postular a servidão da população negra, permanecendo insensível aos anseios e às reivindicações das comunidades negras. Nesse sentido, o jornal *O Exemplo* contou com a contribuição de textos de colaboradoras mulheres interessadas pela causa da instrução. Outrossim, apresentam-se escritos de colaboradores homens e da própria editoria do periódico, formada majoritariamente por “homens de cor”.

As vozes-mulheres se fazem presentes no jornal *O Exemplo* rompendo, em parte, com os espaços predefinidos historicamente e com a visão de que o sexo masculino “vale mais”. Ao mesmo tempo, os documentos as apresentam como protagonistas de uma história, pois estavam atentas às transformações políticas e culturais de uma época que secundarizava sua instrução. Isso porque, ao longo do Império e no início da República, a instrução ofertada às mulheres foi definida segundo o seu papel desenvolvido na sociedade.

Logo, registra-se a diminuta presença feminina nas produções impressas. Tal dado não surpreende, tendo em vista, novamente, o lugar secundário e de silenciamento ocupado pelas mulheres no mundo letrado da época, como será possível demonstrar a partir dos excertos extraídos do jornal *O Exemplo* em suas diferentes fases.

Contudo, é possível também registrar que as mulheres não ficaram em silêncio e utilizaram-se do periódico *O Exemplo* como tribuna para difundir sua produção intelectual e incitar a instrução de outras mulheres, como consta em publicação de 1902, na qual a colaboradora anônima nomeada como *Uma Democrata* escreveu um poema intitulado *Soberano* (1902). Em um breve fragmento do poema, a autora escreve: “Tenho do mundo, potência:/-encerro a sabedoria/ - encerro a experiência! / Mas quem és? Grita a ciência/- quem és tu, ó desordeiro?!/ Sou o rei do mundo! / Caluda! Sou o dinheiro” (*O Exemplo*, 1902, p. 1). Nele, é possível identificar a altivez e competência da colaboradora ao escrever.

No texto “A escrita feminina no jornal *O Exemplo*: vozes-mulheres em cena (Porto Alegre/RS, 1902-1927)”, Souza e Sousa (2021, p.28) afirmam que:

[...] no início do século XX, a escrita feminina começava a aparecer no jornal *O Exemplo*, fruto de vozes-mulheres que as antecederam, estas, não aceitaram permanecer confinadas ao espaço privado e lutavam por seus direitos básicos como a presença e a participação na vida pública. Nesse

sentido, é possível identificar o caráter potente e revolucionário deste jornal pela presença das vozes-mulheres.

No escrito *Por uma ideia*, de autoria da colaboradora Carmem d'Aguiar (1904), foi discutida a abertura de um estabelecimento popular de ensino, cuja criação foi cogitada entre outubro de 1902 e janeiro de 1903. Segundo a autora, “[...] instruir os nossos é o primeiro dever dos que compreendem as nossas necessidades e por isso eu venho nestas linhas dirigir um apelo às nossas associações”. Tal apelo converge para que os membros das associações, em especial as que têm fins recreativos, percebam que “[...] não será difícil a todas as associações, com fracos auxílios pecuniários, sustentar as aulas noturnas de que tanto carecemos e que constituirão, de certo, o agente melhorador das nossas condições intelectuais e do nosso estado moral” (O Exemplo, 1904, p. 1).

Carmem d'Aguiar (1904), atenta aos diversos temas debatidos no jornal *O Exemplo*, com atenção especial àqueles que tratam da instrução, assegura que a abertura de um estabelecimento popular de ensino é algo de que carecemos, já que possibilita o melhoramento das condições intelectuais e do estado moral dos seus congêneres. Ela defendia que todos tinham o compromisso de levar a luz da instrução para o maior número de pessoas que dela carecem, em especial as associações. Nesse intento, acatar a sugestão de *O Exemplo* da abertura de aulas noturnas consistia em lançar luz sobre a obscuridade da ignorância e trabalhar para o melhoramento das condições intelectuais da população “de cor”.

Ao defender a bandeira da instrução, d'Aguiar (1904) toma consciência do preconceito que “[...] virá ferir a mulher que exorbitando da grandiosa missão de dona de casa, furtando algum tempo ao cuidado das panelas e dos cerzidos [...]” (O Exemplo, 1904, p. 1), ousa assumir o mundo letrado dos “homens”. O fragmento é elucidativo porque coloca em ênfase múltiplos preconceitos sofridos pelas mulheres que se habilitavam a redigir artigos, poesias, crônicas, em especial para a imprensa. Mesmo diante desses preconceitos, a colaboradora Carmem se posiciona nos domínios de uma imprensa branca e masculina, sugerindo às demais mulheres que enveredassem nas “noções benéficas do saber”.

Segundo Saffioti (1976, p. 16), ao tratar da mulher na sociedade de classes, afirma que há uma “[...] subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social

que a gerara”. Nessa direção, os editores e colaboradores de *O Exemplo* se inscrevem como intelectuais, ou melhor, como “homens das letras”, o que reforça a supremacia masculina. Ao mesmo tempo, incitam a necessidade da instrução do gênero feminino como citado no texto “As mulheres”, escrito pela colaboradora Pepita² (1904) que, inspirada no exemplo de Joana d’Arc, faz uma discussão contra a ignorância.

Quão diferente seria a sua existência se procurassem adornar-se dando realce a beleza física e encantos a inteligência, se em lugar de querer ouvir, - É bela - procurassem ouvir - É instruída -; porque a beleza perde-se, mas, a instrução persiste, e em vez do isolamento no decorrer do tempo, achar-se-iam sempre rodeadas daqueles que viriam ouvir seus conceitos de mulheres instruídas. [...] A instrução dá-nos um passado bom, dar-nos-á um presente muito bom e um futuro ótimo, porque de nós falar-se-á assim: foi estudiosa e instruída e será ilustrada. Não queiram dar a interpretação as minhas palavras as jovens que lerem o que escrevo, não julguem que eu quero insinuá-las ao abandono do seu cuidado pessoal, e no afastamento completo, do regozijo, do prazer, dessas horas que representam a metade de sua vida porque dali (assim o pensam) está pendente o seu futuro. Não. Enganar-se-ão se assim pensarem, porque eu também gosto do baile, mas do baile que em lugar de viciar, instrui, que em vez de deprimir, eleva, em vez de separar, unifica. E para o fim dessa almejada unificação é que eu venho, fazendo esse rosário de observações, a ensinar que troques as multicores rosetas de fitas dispendiosas e inúteis pelas páginas sublimes dos livros instrutivos. O momento é chegado e se nos apresenta claro! Congreguemo-nos a essa comissão de uma de nossas associações que vai às congêneres pedir o necessário auxílio para a instrução dos nossos! façamos o que nos for possível pelo bom acolhimento de sua propaganda, e então teremos mostrado que a mulher não quer só a beleza das vestes, mas preocupa-se também com a beleza da alma. [...] Avante! vontade e perseverança seja o nosso fanal! Aguardemos a ocasião e, ao primeiro brado de alerta troquemos os espelhos pelos livros e façamos alguma coisa em prol dos nosso! (*O Exemplo*, 1904, p. 1).

As discussões feitas anteriormente apontam críticas e orientações tecidas pela colaboradora Pepita (1904) com a finalidade de que as mulheres pudessem se elevar acima da ignorância, nas “páginas sublimes dos livros instrutivos”. Sugere, ainda, que as associações sejam espaços em que possam receber o auxílio instrutivo necessário para o melhoramento do estado intelectual e moral da comunidade negra (Zubaran, 2008). Por isso, as inúmeras solicitações feitas para aqueles que pudessem contribuir com a cruzada de levar luz aos cérebros obscurecidos por uma ignorância crassa e prejudicial ao progresso e, conseqüentemente, à nação. Nesse sentido, a instrução, como ideário republicano, era um discurso corrente para o progresso da nação.

² Para Moreira e Zubaran (2022, p. 1), Pepita é pseudônimo utilizado pela colaboradora de *O Exemplo* e professora pública D. Sophia Ferreira Chaves.

3 Os benefícios da instrução para as mulheres nas páginas do periódico *O Exemplo* (1908 a 1911)

Na análise da terceira fase do periódico *O Exemplo*, que abrange o período de 1908 a 1911, foi possível discutir como os editores e colaboradores inscrevem os benefícios da instrução para as mulheres. Ao analisar o texto *Rabisco* publicado em 1909, escrito pelo colaborador Arnaldo Dutra, percebe-se que, ao tratar a instrução, o autor argumenta que, mesmo reconhecendo as inúmeras dificuldades que afetam as crianças pobres, adverte que é injustificável o desleixo dos pais quanto à instrução de suas filhas. Isso porque tal descuido contribui para a manutenção de seu estado de ignorância. Ainda de acordo com o referido colaborador:

[...] o exemplar chefe de família, o bom cidadão, não veem que só por este meio pode-se adquirir filhas obedientes e honestas, que unicamente com o salutar concurso do saber é que se formam as mulheres do futuro, aptas, pela educação recebida, a desempenhar com sobranceiras a árdua e nobilitante missão de esposa! É tempo já de haver mais patriotismo. Incutamos no espírito destes infantes as noções benéficas do saber, dando-lhes o alimento intelectual, assim como dá-se o alimento material com que sustentam a vida, e assim teremos prestado relevantes serviços à sociedade, à pátria (*O Exemplo*, 1909, p. 1).

A citação acima enfatiza os benefícios da instrução para a formação do gênero feminino. Alimentadas com os saberes da instrução, as mulheres desempenharão seu papel, já definido pela sociedade, de úteis à família, à sociedade e à pátria. Jessica Gustafson, no livro *Jornalistas e feministas: a construção da perspectiva de gênero no Jornalismo* publicado em 2019, aborda que foi somente durante o século XIX que as mulheres brasileiras passaram a ter direito ao letramento. Sendo que estas, utilizaram-se de estratégias diversas para romperem, de certa forma, com a ideologia que lhes reservava apenas o atributo da emoção em oposição à razão, destinada aos homens. Entretanto, enfatiza que “[...] nunca é demais ressaltar que esse acesso continuava restrito, alcançado apenas por mulheres das classes dominantes” (Gustafson, 2019, p. 115).

A editoria do jornal *O Exemplo* (1910), no artigo *Nosso objeto*, critica os defensores do estado de ignorância do gênero feminino. E, sobre isso, manifesta-se: “‘O Exemplo’ tem por objeto a educação, o incitamento ao estudo dos brasileiros que nunca tiveram a felicidade de cultivar, ao menos rudimentarmente, o espírito, por falta

de tempo e de meio” (O Exemplo, 1910, p. 1). Reafirma, nesse pronunciamento, o compromisso com a instrução de homens e de mulheres que se encontram sob um estado de ignorância.

De acordo com Saffioti (1976, p. 98), essa mesma sociedade oferece de forma contínua inúmeras resistências à instrução das mulheres, na medida em que crescem e/ou se destacam na escala de escolarização. A propósito, o colaborador Arnaldo Dutra, no texto *Rabisco – Pela instrução* (1910), anuncia uma série de conferências, realizadas em diferentes espaços sociais, ofertadas por um grupo de senhoras para o incitamento das “classes pobres” à instrução:

Um grupo de senhorinhas, tendo à frente a inteligente e incansável batalhadora Dulcinda S. das Dores, compreendendo a falta de instrução de que se ressentem as classes pobres, humildes, resolveu incitar uma série de conferências, a fim de conseguir que as nossas associações dramáticas e bailantes fundem aulas noturnas para aqueles que, humildes pelo nascimento, não encontraram na infância uma mão caritativa, amiga que lhes beneficiasse ajudando-os ou dando a maior riqueza que podemos aspirar – a instrução (O Exemplo, 1910, p. 1).

Dentre outras iniciativas de melhoramento do estado intelectual da população pobre, cabe registrar que essas conferências eram apresentadas como um “prenúncio de um sol radiante” a brilhar sobre homens e mulheres. Se por um lado, tem-se a presença de mulheres letradas, possivelmente das classes dominantes, instruídas e que se inscreveram nos domínios das letras; por outro, tem-se a sua presença no incitamento das demais mulheres a alistarem-se no cultivo de suas inteligências. Dessa forma, essas mulheres conferencistas proclamam “[...] que o saber é base indiscutível do engrandecimento! Santa instrução! [...] incutamos nestes espíritos ignorantes as noções salutaras do saber [...]” (O Exemplo, 1910, p. 1).

Podemos compreender, no periódico *O Exemplo*, que a instrução se inscreve como luz a espantar as trevas da ignorância, ou ainda, como uma chave a abrir cérebros obscurecidos, bem como é a responsável por despertar a consciência das mulheres, esclarecendo suas mentes e contribuindo para o fortalecimento de sua intelectualidade, a serviço de si, da família e da nação. Em relação à contribuição da sra. Dulcinda S. das Dores, anteriormente referida pelo colaborador Dutra (1910), sobre o tema, registra-se:

[...] são dignas de elogios estas corajosas senhorinhas, que compreendendo a grande necessidade da instrução, que, desprezando este injustificado indiferentismo que existe, lançaram uma ideia tão nobre, tão elevada, que

vem marcar uma nova era do engrandecimento em um meio que infelizmente vive ainda em sua maior parte, sob as trevas cruéis da ignorância. Que o vosso exemplo, inteligentes moças, seja imitado; os vossos esforços coroados do melhor êxito possível; e recebam os nossos sinceros aplausos (O Exemplo, 1910, p. 1).

A citação acima mostra uma denúncia e, ao mesmo tempo, aplaude o exemplo das inteligentes moças na ação que visa incutir os benefícios da instrução para os pobres, os desafortunados e as mulheres. Prontamente, as conferencistas são exemplos que merecem ser seguidos. Uma vez que, conforme Saffioti (1976, p. 95), “[...] à proporção que se intensificava o processo de urbanização [...]”, se proporcionava uma ampla rede de sociabilidade para a discussão sobre os papéis atribuídos à mulher, mesmo com ausência de alteração profunda na posição social feminina reservada ao espaço privado.

O colaborador Alcides Carvalho, no artigo *Fatos e impressões I* (1910), ao tratar da luz da instrução contra as trevas da ignorância, aborda que a instrução primária no país e, de modo especial, no Rio Grande do Sul, conquistou um lugar honroso no campo intelectual. Para ele, o governo do estado não tinha descurado desse tema, estando em “condições animadoras, que prenunciam um futuro risonho e próspero pela diminuição do analfabetismo e consequente aumento das luzes dos salões” (O Exemplo, 1910, p. 1).

Dialogando com essa temática, o pesquisador Alceu Ravanello Ferraro, no livro *História inacabada do analfabetismo no Brasil* publicado em 2009, enfatiza um processo de inversão quanto às taxas de alfabetização e analfabetismo entre homens e mulheres. Enquanto, por um lado, historicamente, os homens apresentavam elevadas taxas de alfabetizados, por outro, as mulheres detinham taxas mais elevadas de analfabetismo. A partir de meados do século XX, a começar pelas faixas etárias mais jovens, a população feminina passou a registrar taxas de alfabetização mais elevadas. Entretanto, isso não se refletiu numa mudança relevante em relação ao seu papel na sociedade brasileira.

Ao discutir a posição social que deve ocupar a mulher, o colaborador Carvalho (1910, p. 1), denuncia que, “[...] atualmente, a sociedade tem seguido o preconceito antigo, de que o sexo feminino deve somente se ocupar nos arranjos domésticos, [...] derivado do caráter egoísta do homem, que até parece uma lei, firmada pela natureza”. É sobre essa naturalização do gênero feminino que repousam certos preconceitos, que se estendem também sobre aqueles que as defendem, no sentido

de que possam usufruir do seu direito em “discussões científicas” (O Exemplo, 1910, p. 1).

O anteriormente mencionado colaborador escreve ainda: “[...] por que não poderá ela [a mulher] ocupar uma posição digna e proeminente no seio da sociedade? Acaso a sua inteligência é inferior à do homem?”. Assim, “[...] cumpre deixá-la instruir-se devidamente, e preparar-se para as grandes lutas da civilização; não sacrifiquemos as inteligências femininas às nossas vontades, e procuremos, antes, deixá-las cultivar as ciências, a arte, ou a música, conforme suas predileções” (O Exemplo, 1910, p. 1).

Dessarte, se há o desconhecimento ou mesmo a negação dos ideais iluministas de igualdade, de liberdade e de fraternidade para com as mulheres na ciência, ou seja, sua interdição, observa-se concomitantemente o reconhecimento de que somente por meio da instrução do gênero feminino é possível pensar no progresso de uma sociedade. A esse respeito, Saffioti (1976) assegura que, com a perda da dimensão rígida da família patriarcal, a mulher encaminha-se para desenvolver uma diversidade de atividades e de funções no espaço urbano.

Conhecedor das críticas que recaem sobre si e todos aqueles que defendem o direito à participação feminina em qualquer campo do saber, Carvalho (1910), ressalta: “[...] cada vez que a civilização contribui para o aperfeiçoamento moral, das ideias predominantes no espírito da sociedade, devemos refletir nas injustiças que, pouco a pouco, vão surgindo ou desaparecendo [...]” (O Exemplo, 1910, p. 1). Para ele, a sociedade reagia ora positiva, ora negativamente, em relação às novas posições assumidas pelo “belo sexo”. Esse embate intelectual tornava-se produtivo, no sentido de deduzir e de proclamar, de tratar e de batalhar para “o triunfo do Direito e da Justiça”. Conforme o colaborador:

Não queremos contestar as aptidões do sexo forte para o desempenho das altas funções sociais, pois esse não é o nosso pensamento; apenas trataremos de demonstrar que as aspirações da mulher não devem somente resumirem-se ao casamento, ela tem necessariamente o desejo de brilhar perante a sociedade, não unicamente pelos encantos e belezas físicas, mas também pelos seus dotes intelectuais, pela sua superioridade moral, pelo renome que possuem aqueles que dedicam-se às lides da inteligência (O Exemplo, 1910, p. 1).

Este colaborador preserva-se de atritos com o “sexo forte”, embora manifeste sua defesa às aspirações da mulher para atividades além dos cuidados domésticos. Em período coincidente, Edna Telma Fonseca e Silva Vilar, no artigo intitulado

Imprensa e instrução: focalizando o periódico Germinal (1909) de Penedo/AL publicado em 2015, indica que, não somente no século XX, mas desde o XIX, foi frequente a discussão de temas relacionados à instrução da mulher e, sobretudo, de aspirações do gênero feminino ao cultivo intelectual, sendo exemplos os domínios do jornalismo e da imprensa.

No livro *A história das mulheres no Brasil*, no capítulo escrito por Norma Telles, publicado em 2010, intitulado *Escritoras, escritas, escrituras*, encontra-se uma referência a Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), jornalista e autora de livros. Ela iniciou sua carreira em meio a oposições diversas, adquirindo, apesar disso, renome e prestígio. Foi redatora de *A Semana*, no Rio de Janeiro, e escreveu para vários periódicos como *O Paiz*. Conforme Telles, Júlia “[...] fez campanhas em defesa da cidade, da educação da mulher, do divórcio, da exposição de fores, assim como fizera a defesa da Abolição e da República [...]” (Telles, 2010, p. 435).

A referência de Telles (2010) expõe um duplo preconceito: o primeiro, de ser mulher; o segundo, o domínio do código escrito. Interditar o acesso já se tornava quase incontornável, devido à crescente alfabetização das mulheres na primeira década do século XX. Cabe mencionar que as campanhas de instrução foram largamente difundidas no Brasil antes da abolição da escravatura, pois a população “de cor”, seja de homens, seja de mulheres, conhecia a importância da instrução para se colocar à frente dos preconceitos.

A historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach, no artigo *Cartas, procissões, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira* publicado em 2002, afirma que a alfabetização implicava a aquisição e o uso de um código que até então era prerrogativa dos brancos, que se adequava a valores e necessidades dos cativos e às circunstâncias do ser escravo e se transformava em elemento de afirmação social. Isso significa que, apesar das proibições de acesso ao conhecimento letrado, as pessoas escravizadas, homens e mulheres, não desconheciam a escrita que circulava em impressos, almanaques, periódicos, folhetins e nos poucos jornais e livros disponíveis, ainda que traduzissem um quadro de leitura bastante rarefeita.

Para o colaborador Carvalho (1910), as aspirações femininas frente à ciência e ao cultivo intelectual são alvos de uma sociedade preconceituosa, pois a mulher “[...] não pode desempenhar esse papel, sem expor-se às ironias finas e, às sátiras sutis

daqueles que pretendem deprimi-la”, como também “[...] não pode dedicar-se a uma carreira científica ou literária, sem que se torne alvo preferido do humorismo penetrante dos cronistas graciosos [...]” (O Exemplo, 1910, p. 1). A respeito da carreira literária, mesmo que esporádica, desempenhada por mulheres na escrita de uma poesia ou uma crônica nos impressos, identificam-se conceitos desairosos encontrados nas colunas dos jornais. E, nesse sentido, afirma o referido colaborador:

Pouco importam os conceitos deprimentes dos grandes homens ou dos eminentes sábios sobre a personalidade feminina; pouco importa que Milton dissesse que *a desgraça do homem, remonta ao nascimento da mulher*, ou, que Victor Hugo pensasse que *a mulher é um diabo muito aperfeiçoado*, pois esses gênios gloriosos, ao proferirem tais frases, não se lembraram de que assim atiravam às fontes de suas mães, um insulto vil, um conceito mesquinho, que talvez, elas estivessem longe de merecer. Foram momentos de desvarios, os instantes que proferiram essas palavras. Hoje, até as religiões tratam de dignificar o sexo feminino, e, a prova disso, está no culto, que o Positivismo rende à Mulher (O Exemplo, 1910, p. 1).

Como podemos observar, a referência ao positivismo, presente na citação acima, aproxima-se das discussões apresentadas pelo professor Elomar Tambara, em sua tese *A educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo* (1991), quando aborda uma instrução diferenciada ministrada a homens e mulheres. Segundo o autor, essa diferença é “[...] consequência da própria divisão sexual do trabalho proposta pela ideologia positivista, que atribuía papéis sociais bem diferenciados entre os sexos”. Como exemplo, “[...] à mulher cabia, de modo especial, a função da educação afetiva, enquanto aos homens atribuía-se a função de trabalhar para o sustento da família” (Tambara, 1991, p. 121). Para as mulheres, bastava mais educação e pouca instrução, pois o objetivo final era a preparação para a vida.

Margareth Rago, no texto *Trabalho feminino e sexualidade* publicado em 2010, registra as ressonâncias dos ensinamentos de Augusto Comte no Brasil. Pois, entendiam que a mulher não deveria possuir dinheiro – um objeto sujo, degradante e essencialmente masculino, portanto, contrário à sua natureza; a mulher deveria se restringir ao seu “espaço natural”, o lar, evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atrain-la para o espaço público.

Ao retomar o registro de Carvalho (1910), depreendemos que, se por um lado, os homens, considerados o “sexo forte”, ocupam uma posição de destaque nos campos da inteligência; por outro lado, é evidente o discurso de que as trevas da ignorância sobre as mulheres são nefastas e que há um problema a ser resolvido.

Para Carvalho (1910), as mulheres fossem instruídas para assumirem outros postos, para além da esfera doméstica, e se tornassem “[...] aptas ao exercício das lides intelectuais, ou mesmo físicas, de modo que mais tarde, caso não se realize o seu ideal, ela possa manter-se dignamente, sem atirar-se ao precipício trevoso da desgraça, sem manchar o nome da própria família”. O autor finaliza sugerindo que as mulheres não deveriam ser apenas educadas para a vida doméstica, mas para “qualquer ramo da atividade social [...] e aí está, porque eu penso que o feminismo é uma campanha regeneradora e proveitosa” (O Exemplo, 1910, p. 1).

Assim, o ensino gratuito e obrigatório dispensado às mulheres oportunizaria a elas posições e ocupações inimagináveis, contrariando o discurso do “sexo forte” que proclamava seu desnecessário cultivo intelectual. A propósito, Dilza Pôrto Gonçalves, em sua tese *A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)* publicada em 2013, enfatiza que, se por um lado, o objetivo dos diretores da Escola Normal era formar “boas” mães e esposa”, por outro, elas foram muito além disso, a exemplo de ex-alunas como Ana Aurora do Amaral Lisboa e Luciana de Abreu que conquistaram, aos poucos, as redações de periódicos em Porto Alegre (Gonçalves, 2013). Fato que demonstra as estratégias utilizadas pelas mulheres para assegurar um espaço nos domínios daqueles que as excluía.

No texto *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*, escrito por Soihet (2010, p. 398), é registrado que, “[...] ao contrário de algumas afirmações tradicionais, vimos mulheres que lutaram, amaram, odiaram, xingaram...”. Ainda segundo Soihet (2010, p. 398), as mulheres, “[...] não poucas, vendo-se prejudicadas em seus direitos e violentadas em suas aspirações, não hesitaram [...]” e empreenderam estratégias diversas frente a situações “que consideravam danosas à sua honra”. Nessa direção e, para encerrar, Souza e Sousa (2021, p. 15) afirmam que “a literatura sobre as mulheres as colocou sob tutela dos pais ou maridos, sem possibilidade legal de liberdade na sociedade de forma atuante”, mas, assim como aquelas que escreveram para o referido hebdomadário, em outros contextos, elas se tornam precursoras na arte de escrever.

4 É um dever pátrio cuidar e investir na instrução da mulher em O Exemplo (1916 a 1930)

Na quarta e última fase do referido periódico, que se estende de 1916 a 1930, discute-se o cuidar e investir na instrução da mulher como um dever pátrio. A instrução é inscrita como um contraponto à ignorância, bem como ao analfabetismo. Na matéria *Rumo aos livros*, a colaboradora, sob pseudônimo M. F. (1919), escreve sobre uma guerra travada contra o analfabetismo e o preconceito contra a mulher no quesito instrução:

É mister interessar vivamente a mulher no feliz desiderato do ideal consubstanciado na guerra contra o analfabetismo. A mulher, que no terrível cataclismo de que acaba de sair o mundo, teve oportunidade de revelar sua brilhante capacidade para substituir o homem da vida, surpreendendo com exemplos de valor e de abnegação a todos quantos obstinavam-se no preconceito errôneo de que raramente a mulher excederia as suas aptidões para o serviço doméstico, a mulher, repetimos, não poderá deixar de associar-se ao combate ao analfabetismo. É preciso destruir o preconceito ainda enquistado, infelizmente, no ânimo de muita gente, de que a mulher não carece de instrução. Erra flagrantemente quem tal supõe, porque com a evolução natural por que vai passando mundo, cada vez se aprimora mais o papel eminente reservado à mulher na destinação social. Devemos, pois, por igual cuidar da instrução da mulher, guardada a relatividade necessária de maneira que amanhã, quando as circunstâncias ocasionais a chamem para exercer sua atividade em qualquer ramo de trabalho, ela esteja apta no desempenho da incumbência que lhe for destinada e não sejamos incriminados de imprevidentes por havermos criminosamente descurado o problema da instrução da mulher (O Exemplo, 1919, p. 1).

A colaboradora ainda menciona a importância da mulher na luta contra o analfabetismo e tece críticas aos preconceituosos defensores de que “a mulher não carece de instrução”. Conclama a sociedade para que cuide da instrução feminina, para que assim possa contar com a mulher como “poderoso fator desse gigantesco empreendimento que no dia em que culminar vitorioso entre nós, com a extinção do analfabetismo” (O Exemplo, 1919, p. 1).

A referida escritora enfatiza a instrução da mulher, indicando seu pertencimento à pátria e sua igualmente necessária atuação no mundo do trabalho. É o que mostra o segundo escrito por ela assinado com o mesmo título anterior. Ressalta nas páginas de *O Exemplo* que as mulheres de Porto Alegre “pertencentes ao professorado da Escola Complementar e que acabam de fundar a Liga Central Pró-Infância Desvalida, têm como um dos seus primeiros fins, incitar o amor às crianças analfabetas” (O Exemplo, 1919, p. 1). A partir dessa citação, observamos a associação entre a instrução das mulheres e os benefícios à pátria. Nesse sentido, investir na instrução feminina seria um dever pátrio, haja vista os relevantes serviços de cuidados com as crianças desvalidas que serão realizados por elas para a “gloriosa pátria”.

Para uma pátria que anseia por ser grande, é necessário que as mulheres dispensem um “[...] pequeno sacrifício: não queiram ser analfabetas, aprendam a ler e escrever, instruam-se em suma” (O Exemplo, 1919, p. 1). Ao redigir essas palavras M.F. acentua que:

Cumpre, pois, aos nossos patrícios e especialmente aos descendentes da raça etiópica, correrem pressurosamente a esses estabelecimentos de instrução gratuita e se inscreverem, e não deixarem criminosamente que tais escolas venham a se fechar por falta de frequência. Empunhem os livros e corramos para colégios, palavra incompleta da Instrução, que é a luz radiante que há de iluminar a grandiosa estrada da Glória e do Progresso a ser percorrida pelo nosso amado Brasil (O Exemplo, 1919, p. 1).

Com essa referência, a colaboradora citada conclama a todos, não somente os “descendentes da raça etiópica”, a procurarem meios de instruírem-se, pois ratifica outros autores publicados em *O Exemplo*, defendendo que o engrandecimento de uma pátria advém de uma população instruída, ou melhor, das luzes do saber que esclarece homens e mulheres. A esse respeito, Eliane Peres, em seu livro *Templo de Luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875 - 1915)* publicado em 2002, ao analisar a Biblioteca Pública Pelotense, afirma que “ao que tudo indica, [as mulheres] não participaram” dela. Os homens definiam papéis e os destinos femininos e entendiam que a “[...] instrução e a ‘ilustração’ para as mulheres eram admitidas, preferencialmente enquanto não fossem esposas, mães e donas de casa [...]” (Peres, 2002, p. 71). Dessa forma, segundo a autora, essa declaração marca a presença e/ou a “[...] proximidade da mulher com o mundo infantil, e seu afastamento dos espaços de sociabilidade [...]”, nos quais se destaca a presença masculina (Peres, 2002, p. 71). Outrossim, face aos debates que envolveram tal polêmica, acrescenta que “[...] é notável a valorização da instrução feminina como forma de ‘qualificar’ o espaço doméstico e a educação dos filhos [...]” (Peres, 2002, p. 71).

Nesse discurso, é possível identificar as concepções acerca da instrução das mulheres, circunscritas ao espaço doméstico, para a educação dos filhos. Esta é, então, sua incumbência: instruir os filhos da “nossa amada pátria”. A esse respeito, o texto *Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação*, escrito por Faria Filho (2000), aborda que a mulher, à época, é identificada como a grande responsável por garantir a boa ordem no lar e, sobretudo, por incorporar, cada vez mais, referências escolares para gerir o mundo doméstico e a

educação dos filhos. Ela é diretamente responsável por instruir moral, intelectual e fisicamente seus filhos. Para isso, e sobretudo, as mulheres precisam ser educadas, pois, para educar bem, não basta amar; é necessário conhecer e compreender as necessidades das crianças.

Na matéria intitulada *Instrução*, de autoria da colaboradora Belardinelli (1924), esta defende que “[...] a instrução [das mulheres] é tão necessária à vida como o alimento”. Inclusive, a autora questiona se existe algo mais triste e degradante do que uma pessoa analfabeta e afirma que é horrível uma mulher desconhecer as letras que compõem seu próprio nome. Para contextualizar, esclarece que, em outros tempos, era muito comum encontrar uma moça analfabeta,

[...] desconhecadora do que de mais rudimentar existe nas ciências, nas artes, na política, etc.; com o andamento dos anos, tudo mudou. Passaram-se os tempos em que os colégios do sexo feminino se encarregavam de educar a mulher de modo completamente inútil, em relação ao fim social que lhes traçaram as grandes leis divinas e biológicas. A mulher de agora já tem a consciência de si; a que estuda, sabe ser escrava dos seus deveres. Geralmente a mulher instruída é crente no futuro, crente em Deus, crente na imortalidade da alma, crente na justiça que lhe farão um dia, crente na ciência, crente nas artes, e crente na inteligência que tem dado a tantas um futuro imortal. Sobretudo, é necessário que ela seja convicta no trabalho, que por ele tudo faça, embora com sacrifício de suas forças e não se deixe morrer de fome ou necessidade, fiada simplesmente no homem. Uma pessoa educada não tem necessidade de se sujeitar a essas coisas. Nos seus deveres patrióticos e altruísticos, a mulher moderna tem necessidade de agir (O Exemplo, 1924, p. 1).

Contextualizando dessa maneira, a citação acima indica que a passagem de um estado de submissão não ocorreu de forma tranquila, mas foi marcada por lutas contra esse “estado de coisas”. A esse respeito, o texto *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*, escrito por Margareth Rago (1987), menciona que é possível identificar elementos que indicam que a instrução das mulheres deveria ser direcionada à formação para os papéis de mães e esposas. Assim, os conhecimentos que deveriam adquirir visavam torná-las “[...] uma companhia mais agradável e interessante ao homem [...]” (Rago, 1987, p. 63).

Apesar da instrução mínima que lhes era reservada, as mulheres conseguiram perceber muito mais do que lhes era destinado a saber. Assim, ao tomarem conhecimento disso, buscaram qualificar-se em saberes que iam além dos rudimentos de ler, escrever, contar e bordar, pois, segundo a colaboradora Belardinelli (1924), “[...] temos já, felizmente, médicas, advogadas, farmacêuticas, dentistas, músicas,

pintoras, poetisas e prosadoras. Tudo isso devido a quê? À instrução [...]” (O Exemplo, 1924, p. 1).

Nesse sentido, para Belardinelli (1924), o progresso da pátria torna-se evidente em mulheres instruídas, que podem influenciar significativamente seus filhos a serem patrióticos. “Desta maneira tornar-se-á ela, na moral e no patriotismo, tão grande quanto as antigas mulheres de Esparta” (O Exemplo, 1924, p. 1).

O periódico registra que agora não há mais desculpas a apresentar quanto à instrução da mulher. Se antes argumentavam que havia poucas escolas e recursos, já no contexto da época, o Brasil, por sua prosperidade, favorece a todos, assegurando escolas desde a mais “[...] civilizada cidade até os subúrbios da mais rústica aldeia. Há desde as grandes Universidades até as mais humildes escolas. Só não aprende quem não quer, porque meios há, felizmente, para todas as classes” (O Exemplo, 1924, p.1).

A partir do que foi mencionado, podemos denotar que as colaboradoras de *O Exemplo*, mulheres, mães, esposas, trabalhadoras, enfim; todas conheciam a literatura produzida desde os primórdios da Revolução Francesa, em 1789, pois, conforme consta na produção intelectual de Pinto, em *Uma história do feminismo no Brasil* publicado em 2003, que as mulheres lutaram pelo direito ao acesso à instrução, ou seja, “[...] lutaram por seu direito à cidadania, a uma existência legal fora de casa, único lugar em que tinham algum tipo de reconhecimento como esposas e mães. Fora dos limites da casa, restavam-lhes a vida religiosa ou a acusação de bruxaria [...]” (Pinto, 2003, p. 13).

5 Considerações finais

Ao longo da pesquisa, percebemos que a suposta incapacidade intelectual das mulheres, segundo o discurso dominante, foi a justificativa para afastá-las do acesso à instrução e mantê-las em um estado de ignorância. Ao que tudo indica, a partir dos referenciais teóricos apresentados e dos textos escritos pelos colaboradores e pelas colaboradoras, bem como pela própria editoria do jornal *O Exemplo*, a interdição da mulher à instrução se deu pelo temor de que passassem a deter o poder da escrita e se sobressaíssem nos domínios da imprensa. Com base nessa premissa, o artigo discutiu, a partir de um *corpus* empírico robusto, a instrução das mulheres na perspectiva dos editores, colaboradores e colaboradoras do referido jornal.

Com base no que foi exposto ao longo do artigo, podemos inferir que os editores e colaboradores do periódico, todos homens, escreveram discursos e campanhas em prol da instrução da mulher para o cultivo intelectual. Logo, podemos identificar um posicionamento progressista em defesa da instrução da mulher. Contudo, comparece um tom conservador, no que diz respeito aos cuidados com a casa e a família, por indicarem que esses atributos “devem” permanecer em primeiro plano. O reflexo desse conservadorismo é a ausência de mulheres ocupando espaços na editoria do periódico e, quando comparecem no impresso, são colaboradoras que, frequentemente, utilizam pseudônimo como estratégia para aceitação de sua participação.

De todo modo, o jornal *O Exemplo*, no contexto da época, cumpriu seu objetivo ao longo de suas publicações, ao circular discursos em prol da instrução da mulher, em outras palavras, do gênero feminino. Assim, a editoria, os colaboradores e as colaboradoras do jornal *O Exemplo*, ao longo desse recorte temporal, asseguraram que não há povo ignorante que possa progredir sem instrução, incluindo as mulheres, o “belo sexo”. Assim, não dispensar as “noções benéficas do saber” se torna um imperativo para toda a sociedade.

Ao que tudo indica, a escrita feminina no jornal *O Exemplo* comparece como prática de escrita não tutelada, isso porque, em várias notas publicadas, o *hebdomadário* informava que não se responsabilizava pelos textos publicados por seus colaboradores. Isso indica também que as colaboradoras não abordavam apenas questões individuais, mas as de uma coletividade ao seu redor, ao fazerem ecoar suas vozes no mundo da imprensa. Essas mulheres recusaram-se a permanecer confinadas ao espaço privado e lutavam por seus direitos básicos, como a presença e a participação na vida pública.

O *corpus* empírico da investigação sinaliza que a participação da escrita feminina caminha por vários vieses, desconstruindo a visão equivocada de que a mulher só escrevia a partir de temas muito específicos às suas vivências “autorizadas”, como o lar e a prole, ou ainda, sobre o amor romântico, ou seja, de gêneros relacionados à escrita de poemas, crônicas, fábulas e outros. Observamos que as colaboradoras escreveram e se posicionaram na imprensa com textos argumentativos e dissertativos que movimentaram o olhar do leitor quanto aos problemas da época, sendo exemplos dessas temáticas, as questões do

analfabetismo e da abertura de escolas noturnas.

Os temas em destaques foram objeto das colaboradoras, dos colaboradores e da própria editoria do periódico que se manifestavam a favor da instrução da classe e da raça. Logo, a bandeira da instrução foi um requisito imperioso para a boa marcha nacional da vida, dos negócios e do progresso desta grande pátria. Igualmente, essa escrita feminina denunciava o caráter potente e revolucionário desse jornal pela presença dessas colaboradoras – mulheres, mães, trabalhadoras – nos domínios do jornalismo.

Por fim, seria pertinente, a partir de estudos como este, dar continuidade à investigação de outros jornais, ou como sugere o artigo de Weiduschadt *et al.* (2025), no editorial da *Revista de História da Educação*, intitulado *História da Resistência feminina – memória e história*, é “[...] necessário maior empenho para evidenciar lutas e trajetórias femininas – que não são e não foram poucas!” (Weiduschadt *et al.*, 2025, p.1), especialmente de grupos como as mulheres, que “[...] têm sido historicamente mais facilmente relegados à subalternidade [...]” (Weiduschadt *et al.*, 2025, p. 2). Esta pesquisa buscou contribuir para a ampliação desse debate no campo da História da Educação, especificamente sobre a instrução da mulher no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

REFERÊNCIAS

- BELARDINELLI, Adélia. Instrução. **O Exemplo**: Jornal do Povo – Sociedade Anonyma. Porto Alegre, ano 1924, n. 34, p. 1-4, 9 nov. 1924. Disponível em: <https://encurtador.com.br/v1Tzb>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- CARVALHO, Alcides. Belo Sexo I. **O Exemplo**: Jornal do Povo, Porto Alegre, ano 1910, n. 210, p. 1-4, 13 maio.1910. Disponível em: <http://www.ppgecim.ulbra.br/oexemplo/acervo/19100513.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.
- CARVALHO, Alcides. Belo Sexo II. **O Exemplo**: Jornal do Povo, Porto Alegre, ano 1910, n. 211, p. 1-4, 22 maio 1910. Disponível em: <http://www.ppgecim.ulbra.br/oexemplo/acervo/19100522.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024
- CARVALHO, Alcides. Fatos e impressões I. **O Exemplo**: Jornal do Povo, Porto Alegre, ano 1910, n. 204, p. 1-4 27 mar. 1910. Disponível em: <http://www.ppgecim.ulbra.br/oexemplo/acervo/19100327.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.
- DUTRA, Arnaldo. Rabisco – Pela instrução. **O Exemplo**: Jornal do Povo, Porto Alegre, ano 1910, n. 200, p. 1-4, 27, fev. 1910. Disponível em: <http://www.ppgecim.ulbra.br/oexemplo/acervo/19100227.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.
- DUTRA, Arnaldo. Rabisco. **O Exemplo**: Jornal do Povo, Porto Alegre, ano 1909, n. 189, p. 1-4, 12 dez. 1909. Disponível em: <http://www.ppgecim.ulbra.br/oexemplo/acervo/19091212.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CORBIN, Alain. O prazer do historiador. **Rev. Bras. Hist.**, vol. 25, n. 49, p. 11-31, 2005.
- D'AGUIAR, Carmem. Por uma ideia. **O Exemplo**: Jornal do Povo, Porto Alegre, ano 1904, n. 31, p. 1-4, 11 set. 1904. Disponível em: <http://www.ppgecim.ulbra.br/oexemplo/acervo/19040911.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.
- FARIA FILHO, L.M. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 44-50, abr./jun. 2000.
- FERRARO, Alceu Ravanello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GONÇALVES, Dilza Pôrto. **A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)**. 2013, 307 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e feministas**: a construção da perspectiva de gênero no Jornalismo. Florianópolis: Insular, 2019.

M. F. Rumo aos livros. **O Exemplo**: Jornal do Povo – Sociedade Anonyma, Porto Alegre, ano 1919, n. 20, p. 1-4, 18 maio 1919. Disponível em: <http://www.ppgecim.ulbra.br/oexemplo/acervo/19190518.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

M. F. Rumo aos livros. **O Exemplo**: Jornal do Povo – Sociedade Anonyma, Porto Alegre, ano 1919, n. 23, p. 1-4, 8 jun. 1919. Disponível em: <http://www.ppgecim.ulbra.br/oexemplo/acervo/19190608.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

MOREIRA, Hellen dos Santos; ZUBARAN, Maria Angélica. Interseccionalidade de classe, gênero e raça nas crônicas de “Pepita” no jornal O Exemplo (1904). **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, vol. 20, p. 1-6, 2022.

Nosso objeto. **O Exemplo**: Jornal do Povo, Porto Alegre, ano 1910, n. 194, p. 1-4, 16 jan. 1910. Disponível em: <http://www.ppgecim.ulbra.br/oexemplo/acervo/19100116.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

O EXEMPLO. **O Exemplo**. O Exemplo: Propriedade de uma Associação. Porto Alegre, ano 1892, n. 9, p. 1-4, 11 dez. 1892. Disponível em: <http://www.ppgecim.ulbra.br/oexemplo/acervo/18921211.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos; GUEDES, Rayane Silva. A Revista Feminina (1914-1930) em perspectiva: o uso da imprensa e dos arquivos para pensar a história das mulheres. **Acervo**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 1–30, jan./abr. 2024.

PEPITA. As mulheres. **O Exemplo**: Jornal do Povo, Porto Alegre, ano 1904, n. 43, p. 1-4, 4 dez. 1904. Disponível em: <http://www.ppgecim.ulbra.br/oexemplo/acervo/19041204.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

PERES, Eliane Teresinha. **“Templo de Luz”**: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). 2006, 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

SOUSA, Ricardo Costa de. **Instrução e circulação da palavra escrita**: o caso do jornal O Exemplo (Porto Alegre, RS, 1892-1930). 2019. 241f. Tese (Doutorado em Educação) –

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SOUSA, Ricardo Costa de. Levantamento moral e intelectual dos homens de cor: o caso do jornal *O Exemplo*, Porto Alegre, RS (1892-1905). **Via Atlântica**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 67–94, 2020.

SOUZA, Samanta Barreto Matos de; SOUSA, Ricardo Costa de. A escrita feminina no jornal *O Exemplo*: vozes-mulheres em cena (Porto Alegre/RS, 1902-1927). In: NIELS, Karla Menezes Lopes; ORTIZ, Iza Reis Gomes; BUCHWEITZ, Marlise (Orgs). **Literatura, leitor e estética nas práticas literárias**. Santa Maria/RS: Arco Editores, 2021.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol III: século XX. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

TAMBARA, Elomar. **A educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo**. 1991, 611 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

UMA DEMOCRATA. Soberano! **O Exemplo**: Jornal do Povo. Porto Alegre, ano 1902, n. 3, p. 1-4, 19 out. 1902. Disponível em: <http://www.ppgcim.ulbra.br/oexemplo/acervo/19021019.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

VILAR, Edna Telma Fonseca e Silva. Imprensa e instrução: focalizando o periódico *Germinal* (1909) de Penedo/AL. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, vol. 24, n. Especial, 2015.

WEIDUSCHADT, Patrícia *et al.* Resistência feminina - memória e história. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 29, mar. 2025.

WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**. n. 4 jul./dez. 2002.

ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-187, jul. 2008.

Recebido em fevereiro 2025 | Aprovado em julho 2025

MINI BIOGRAFIA

Ricardo Costa de Sousa

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-doutor em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Professor Adjunto do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia e coordenador do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Memórias e Acervos.

E-mail: ricardo.sousa@unir.br